

A NECESSIDADE DE LEGISLAÇÃO SOBRE GESTAR ENQUANTO SE É RESIDENTE

Política Pública; Gestação; Residência hospitalar

Introdução

A Residência em Saúde, segundo o Ministério da Saúde,   uma modalidade de ensino de p s-graduação, sob a forma de curso de especialização, voltada para a educação em serviço e destinada às categorias profissionais que integram a área de saúde. Instituída no âmbito do Sistema  nico de Saúde (SUS) no ano de 2005, constituindo-se 21 anos de política consolidada, respeitando os princípios de universalidade, equidade e integralidade. No campo da saúde, as práticas de cuidado são predominantemente associadas ao universo feminino por razões históricas e socioculturais. Diante disso, considerando que profissionais residentes podem gestar durante seu percurso formativo de especialização, questiona-se: o que se tem de políticas públicas voltadas para as pessoas que gestam durante o percurso da residência em saúde? Objetiva-se com esse estudo analisar e problematizar a necessidade de haver legislações sobre a gestação durante o percurso profissional na residência em saúde.

Métodos

Trata-se de um estudo analítico que avalia a prática de atendimento às pessoas gestantes residentes em um programa de Residência em Saúde. O estudo foi elaborado pelos profissionais de uma Residência Multiprofissional em Saúde, atuantes em um hospital de ensino no sul do Brasil e contando com as áreas de Nutrição, Enfermagem, Educação Física e Psicologia.

Resultados / Discussão

O acolhimento diante de situações de maior vulnerabilidade psicológica, como a descoberta de uma gravidez, é de extrema importância para a pessoa gestante, que está lidando com um momento delicado e diversas emoções, por vezes conflitantes, a respeito da própria gestação. O fluxo de revelação, acolhimento e respectivo encaminhamento da pessoa gestante residente, gera impactos no decorrer da gestação, no seu respectivo programa da residência e nos seus colegas residentes, preceptores e tutores, que precisam lidar com a informação e a lacuna que haverá no ambiente, micro e macro, da Residência. Para tanto, cogitamos a possibilidade da necessidade de que haja um fluxo a ser seguido, fluxo este que deverá ser padrão às Residências em Saúde, para que tanto o acolhimento quanto o encaminhamento que deverá ser feito o sigam de maneira uniforme e possam considerar a delicadeza do gestar. A partir disso, gera-se também uma garantia de direitos para os profissionais residentes, em que há a possibilidade de uma gestação ocorrer, para que recebam, neste momento, a devida hospitalidade, abrigo e proteção.

Considerações Finais

Nós residentes ocupamos um não-lugar de direitos e, assim como os programas de p s-graduação, não temos acesso a muitos direitos que são garantidos no modelo de trabalho da Consolidação das Leis Trabalhistas. Garantir o acesso aos programas de Residência em Saúde é essencial para a manutenção da formação de profissionais comprometidos com o SUS, porém no que diz respeito   permanência durante esses dois anos ainda temos muito que avançar. A licença-maternidade é um direito garantido, mas a ausência de uma legislação federal específica dificulta a organização dos fluxos para residentes gestantes.

Referência Bibliográfica

BRASIL. Decreto-Lei n  5.452, de 1  de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm
BRASIL. Lei n  11.129, de 30 de junho de 2005. Disponível em: Acesso em: 23 jul. 2026. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11129.htm Acesso em: 23 jul. 2026.